

Editorial

Animação Sociocultural – Práticas, identidade(s) e trajetória(s)

CARLA CIBELE FIGUEIREDO

carla.cibele@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

O número desta revista surge num contexto muito particular, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao período temporal em que esta edição da revista tem lugar: embora a chamada de artigos tenha sido realizada em período pré-pandemia COVID-19, a receção dos mesmos já com ela coincidiu, assim como as tarefas de revisão e afins. A pandemia gerou uma inevitável perturbação que tornou a edição deste número particularmente difícil. Assim, este número representa uma obra

de resiliência de todos os envolvidos, mas sobretudo dos autores que aqui se apresentam, significando o quanto as pessoas, apesar de obviamente afetadas pelo contexto, procuraram reagir e prosseguir com as suas vidas e tarefas. Contudo, alguns contributos que esperámos não tiveram mesmo condições de se concretizar, dado o tipo de adaptações que muitos contextos exigiram dos seus profissionais e o carácter de urgência que isso teve. Segundo motivo: este número é publicado num

momento histórico para a profissão de animador sociocultural, ou seja, quando finalmente foram conseguidas as cinco mil assinaturas necessárias para solicitar à Assembleia da República que regule legalmente a profissão. É, aliás, o relato dessa já longa batalha o objeto de análise do artigo de Isabel Filipe, explicitando o modo como, quer antes, mas, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, vários protagonistas pessoais e institucionais procuraram criar, consensualizar e aprovar legalmente o estatuto socioprofissional do animador sociocultural.

As profissões são, em geral, na sua emergência, frágeis; travam as suas lutas até se afirmarem socialmente, estabelecendo a sua relação com outras similares, mas delimitando também com clareza as suas fronteiras para se poderem afirmar. Tendo em conta a sociologia das profissões, a *profissionalidade* é uma construção sócio-histórica que implica ter formalmente “uma estrutura idêntica (i) Ocupação técnica no esquema de divisão e trabalho na sociedade moderna (ii) Ideia de serviço (iii) Princípio de autonomia ou de liberdade na relação com o cliente (iv) Organização colegial ou corporativa – defesa contra os intrusos (v) Compromisso vocacional (vi) Código de ética que configura uma cultura profissional (vii) Uma relação peculiar cliente-

profissional” (Amendoeira, 2008, p. 6). Todos estes aspetos definidores da profissão estão ainda em fase de consolidação, já que as práticas de animação sociocultural surgiram antes da própria definição da profissão e da lógica formativa formal que hoje a preside. Nesse sentido, tem sido uma profissão que constrói a sua singularidade sobretudo através da *praxis*. Não é como tal estranho que os artigos que constam deste número sejam, na sua maioria, relatos de projetos e de experiências de trabalho de animadores socioculturais e/ou destes em situação de formação pré-profissional (como é o caso dos estágios e/ou de projetos formativos). Eles são, pois, uma ilustração do que se faz e de como o que se faz permite ir criando uma identidade própria, ainda que esta se mostre pluridimensional, como se verifica pela diversidade de objetivos, âmbitos de intervenção e faixas etárias abrangidas nos relatos dos vários autores. Os artigos de Mário Montez e de Maria do Rosário Campos, respetivamente na área da música portuguesa e na área da história, salientam a forma como, ainda no contexto da formação, se deve incentivar os animadores socioculturais a conhecer e valorizar o património. Ambos salientam que o método é tão importante quanto o objetivo, razão pela qual a brincadeira e o jogo aparecem

inevitavelmente associados, pressupondo-se que um usufruto mais lúdico permite uma aproximação mais frutuosa dos destinatários ao conhecimento proporcionado. Ana Pessoa traz-nos também no seu artigo uma reflexão sobre a formação, designadamente sobre como se pode preparar a intervenção dos futuros profissionais na área da animação das bibliotecas e espaços museológicos, evidenciando como, ao longo dos anos, no interior de uma licenciatura, se procura fazer vários ajustamentos para encontrar êxito face à meta formativa que se deseja alcançar. Como a autora sugere, o conhecimento e a segurança que durante o percurso formativo os estudantes vão construindo num determinado âmbito pode influenciar as suas opções profissionais futuras, demonstrando como uma condicionante à partida (uma Unidade Curricular de opção menos desejada) não é necessariamente condicionante à chegada. “Vamos Cozinhar Histórias”, da autoria da Ana da Silva, também nasceu como um projeto alojado numa Unidade Curricular que é oferecida a cursos diferentes, mas tem sempre subjacente a perspetiva da Animação Sociocultural. Encontra o seu eco e a sua razão de ser na forma como tem sido apropriado pela(s) comunidade(s) nas quais tem sido desenvolvido ao longo dos anos, incentivando a escrita a partir de

indutores simples contidos num avental, já que cozinhar é também um ato criativo e as metáforas são sempre poderosas armas para entender e interpretar o que nos rodeia, como o artigo demonstra.

A população mais velha (seniores) representou, nos últimos vinte anos o sector de maior empregabilidade para os profissionais e muitos trabalhos têm sido produzidos, contudo, nem sempre com a perspetiva de formação ao longo da vida e de diálogo com outras gerações, aspeto original e interessante contemplado no último artigo do dossier, da autoria múltipla de Isaura Pedro, Carlos Cardoso e Clementino Amaro.

Finalmente, integramos, em suplemento, um artigo revelador da ousadia de um veterano, Avelino Bento, que escolhe a poesia popular como formato narrativo da sua própria história. Sabemos que uma história de vida, além de se contar a si, conta muito além dela, espelha também um período sócio-histórico ainda que com toda a subjetividade que lhe possa estar inerente. É assim de uma grande riqueza a história que generosamente conosco partilha. Este número da revista, para além do dossier composto por seis artigos temáticos e pelo suplemento, integra ainda um outro artigo na área do desporto.

Um número temático da revista sobre Animação Sociocultural será

útil aos profissionais no terreno, na perspetiva de que a formação, nunca terminada, se alimenta necessariamente deste tipo de partilha de saberes. Representa também um contributo para todos aqueles que estão ainda num percurso formativo que conduzirá à sua certificação como animadores socioculturais. Apesar de nos congratularmos com a sua edição, de algum modo lamentamos não nos terem sido propostos artigos com um carácter investigativo, mesmo que numa ótica mais ligada a projetos de intervenção ou dimensões da identidade e da prática profissional. Do que conhecemos do terreno, não é, contudo, uma surpresa, por um lado sabemos que a investigação é ainda incipiente, talvez por muitos animadores obterem os graus de mestrado e doutoramento em áreas sociais afins e não propriamente em Animação Sociocultural. Por outro, mesmo profissionais experientes e excelentes nesta área não praticam o exercício da escrita e da partilha de saber, alguns olham até com alguma desconfiança abordagens de natureza mais formal e/ou académica, algo que nos parece a mudar pois todos os campos profissionais se estruturam e enriquecem a partir de comunidades epistémicas, sendo estas entendidas como redes de conhecimento partilhado numa determinada área científica e/ou profissional (Haas, 1992).

Referências Bibliográficas

- Amendoeira, J. (2008). *A ética das profissões: ética e deontologia profissional*. Lisboa: ISG. [<https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/671/1/Ética%20das%20profissões.pdf>]
- Haas, P. (1992) Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, Vol. 46, No. 1, Knowledge, Power, and International Policy Coordination (Winter, 1992), pp. 1-35. [<http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Epistemic%20communities%20Haas.pdf>]